vinetur

Rússia aumenta para 35% os direitos de importação de bebidas espirituosas provenientes de países não amigos

A medida eleva o direito mínimo para 5 euros por litro até 2027, aumentando os custos para os importadores de whisky, rum e gin

quarta-feira, 4 de novembro de 2026



O Governo russo aumentou para 35% os direitos de importação de bebidas espirituosas provenientes de países que classifica como não amigos, com um mínimo de 5 euros por litro, segundo uma resolução governamental publicada na quarta-feira, 4 de novembro, no portal oficial de informação jurídica.

A medida substitui a taxa anterior de 20%, com um mínimo de 3 euros por litro. Segundo a Interfax, a resolução foi assinada em 31 de outubro e permanecerá em vigor até 31 de dezembro de 2027.

Os direitos mais elevados aplicam-se a uma vasta gama de produtos, incluindo tinturas de bebidas espirituosas, whisky, rum, gin, licores, álcool etílico não desnaturado e outras bebidas alcoólicas. A medida reforça as restrições comerciais da Rússia às bebidas destiladas importadas do grupo de países que Moscovo designou como não amigos.

A alteração é significativa para o setor das bebidas, uma vez que aumenta os custos de entrada no mercado russo para os produtores estrangeiros de bebidas espirituosas e os seus parceiros locais. A taxa mais elevada e o mínimo superior por litro poderão reduzir as margens, fazer subir os preços ao consumidor e levar importadores e distribuidores a reavaliar a composição da oferta, os volumes e os preços, sobretudo em categorias como o whisky, o rum e o gin, que dependem de abastecimento importado.

A Interfax noticiou que o Governo espera que o aumento contribua para as receitas do Estado. De acordo com a nota explicativa da proposta de orçamento federal para 2027 e do período de planeamento de 2028 e 2029, os direitos mais elevados deverão acrescentar 10 mil milhões de rublos ao orçamento em 2027.

A resolução não altera apenas a taxa percentual. Ao elevar o direito mínimo de 3 para 5 euros por litro, o Governo aumenta também o valor mínimo aplicado às remessas de menor preço, o que pode encarecer as importações mesmo quando o valor aduaneiro declarado é modesto. Esta estrutura significa que o impacto poderá fazer-se sentir tanto nas bebidas espirituosas importadas de gama premium como nas mais acessíveis.

Nos últimos anos, a Rússia tem utilizado a designação «países não amigos» para impor várias restrições económicas e barreiras comerciais. Neste caso, o novo direito incide especificamente sobre as importações de bebidas com elevado teor alcoólico provenientes desses países, acrescentando mais uma camada de custos para as empresas que continuam a vender no mercado russo.

Para as empresas internacionais de bebidas, a medida poderá aumentar a pressão para reavaliar se os volumes de vendas na Rússia conseguem absorver os custos mais elevados sem comprometer a competitividade. Para os importadores e retalhistas russos, poderá dificultar os planos de compra e a gestão de stocks, à medida que ponderam se devem repercutir os custos acrescidos nos consumidores, absorver parte do aumento ou recorrer a fornecedores alternativos e a produtos nacionais.

A medida abrange um dos segmentos de maior valor do comércio de bebidas. As bebidas espirituosas importadas ocupam frequentemente as gamas média e premium nas prateleiras das lojas e nas cartas dos bares, pelo que qualquer aumento acentuado dos custos fronteiriços pode repercutir-se nos contratos grossistas, nos preços de venda a retalho e nas compras do canal de consumo no local. O novo nível tarifário cria também uma diferença maior entre os produtos importados dos países abrangidos e as marcas concorrentes que poderão enfrentar menos barreiras comerciais.

A decisão do Governo, publicada na quarta-feira, 4 de novembro, estabelece um prazo claro: os direitos mais elevados deverão manter-se em vigor até ao final de 2027. Isso dá aos importadores e produtores um período definido para o planeamento, mas significa também que as condições mais rigorosas não serão de curta duração. Salvo revisão da política, as empresas envolvidas na exportação de bebidas espirituosas para a Rússia a partir dos países abrangidos terão de operar ao abrigo do regime tarifário mais elevado durante mais de um ano.